

# O TURISMO, A PECUÁRIA E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO DE BONITO-MS

Elcio Bueno de Magalhães<sup>1</sup>  
Luiz da Rosa Garcia Netto<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo aborda-se a questão do desenvolvimento endógeno no município de Bonito/MS como resultado da atividade turística em substituição à tradicional atividade econômica, a pecuária bovina. O objetivo é verificar se esse desenvolvimento ocorre efetivamente no município e se tal evento é fruto realmente da atividade turística ali praticada, bem como diagnosticar se, de fato, esta vem suplantando, em termos econômicos aquilo que sempre se constituiu na base da economia da região, a criação de gado. A partir de levantamentos bibliográficos, constata-se que a atividade turística, que nasceu para servir de suporte à pecuária bovina, difundiu-se pela região e assumiu a condição de primeira atividade econômica passando a atrair investimentos e políticas públicas que dão sustentação aos seus propósitos.

Palavras-chave: Desenvolvimento endógeno. Turismo. Pecuária bovina.

## ABSTRACT

This article addresses the issue of endogenous development in the city of Bonito-MS, as a result of tourism at the expense of traditional economic activity, the bovine livestock. Aims to verify whether there is occurrence of endogenous development in the municipality and if such event occurs as a result of tourist activity there installed, and diagnose if in fact the tourism and economic activity is supplanting the traditional economic activity, the bovine livestock, and the base of the region's economy. Based on literature surveys, we found that the tourist activity that was to serve as support for the activity of bovine livestock, spread throughout the region and took the first condition of economic activity in the region, to attract investments and public policies that give support to their purposes.

**Keywords:** endogenous development, tourism, livestock cattle

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

2 Prof. Dr. adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

## Introdução

Neste artigo aborda-se a questão do desenvolvimento endógeno no município de Bonito-MS e busca-se demonstrar o nível de participação da pecuária e do turismo na economia local, bem como sua parcela de contribuição no processo de desenvolvimento da localidade e da região da Serra da Bodoquena.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007), Bonito-MS conta com uma população de 17.275 habitantes, que ocupam uma área territorial de 4.934 m<sup>2</sup>, dos quais 94% fazem parte da sub-Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, pertencente à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, limitando-se com os municípios de Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Anastácio e Miranda (PELLIN; SCHEFFER, 2004).

A abordagem conceitual consta de levantamento bibliográfico realizado em livros, revistas e artigos que enfocam a questão do desenvolvimento regional, com ênfase no desenvolvimento endógeno que a área em estudo, Bonito-MS, vem apresentando.

Em suma, o objetivo que aqui se propõe atingir é constatar a existência do desenvolvimento endógeno no município e se tal evento se dá em consequência da tradicional atividade de criação de gado ou da recente atividade do turismo que se tem instalado no município, bem como diagnosticar se esta última substituiu aquela primeira, que, de uma forma geral, é considerada a base da economia da região.

Em termos estruturais, o artigo encontra-se organizado em quatro partes, dispostas em uma sequência lógica, quais sejam: o surgimento da política de desenvolvimento regional durante o pós-Guerra; a importância das redes de relações para o desenvolvimento endógeno das regiões; o processo de aglomeração produtiva, no qual se destacam as vantagens das aglomerações de produtores no enfretamento da concorrência; a atividade turística e sua importância para o desenvolvimento regional. Enfim, seguem-se as considerações finais.

## Desenvolvimento regional e suas considerações

Na acepção de Campos et al. (2005), o desenvolvimento regional endógeno foi impulsionado por eventos que tiveram origem no pós-Guerra e estavam ligados à globalização da economia e ao desenvolvimento de um novo paradigma tecnológico, baseados na difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esse processo vem ocasionando intensas mudanças

no cenário econômico mundial e, por sua vez, vem provocando transformações em regiões industrializadas, o declínio de outras regiões e, também, o surgimento de novas configurações produtivas regionais.

A esse respeito, os pesquisadores afirmam que nas últimas décadas, especialmente no final da década de 80, surgiu uma coletânea de trabalhos dispersos que convergiram para uma nova ortodoxia, passando a pregar que, devido ao processo de flexibilização e descentralização dentro e fora das organizações produtivas, o êxito e o crescimento das regiões industriais implicam impactos consideráveis em termos de reestruturação funcional do espaço.

Esse argumento apoia-se na suposição de que as regiões dotadas de fatores de produção, ou estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente, teriam as melhores condições de atingir o seu desenvolvimento.

Sustentando essa ideia, novos paradigmas do âmbito da economia regional, marcados pelo aspecto endógeno das fontes de desenvolvimento, afirmam que este pode ser determinado por atores internos à região, sejam empresas, sindicatos ou outras instituições.

Nessa direção, Amaral Filho (2002) pondera que o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico da região, redundando numa contínua ampliação, por parte desta, da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção do excedente econômico gerado local e da atração de excedentes provenientes de outras regiões. Para o autor, esse processo tem como resultado a expansão do quadro de empregos e o aumento da produção e da renda local/regional gerada por determinada atividade econômica.

Ainda nessa perspectiva, Bemko e Lipietz (1994) dizem que tal abordagem econômica, elaborada nas últimas décadas, indica uma crescente substituição do modelo fordista, baseado principalmente em grandes corporações com regime de produção verticalizada, pelo modelo de acumulação flexível, no qual a produção é descentralizada e menos dependentes da existência de economia de escala, possibilitando o crescimento de pequenas e médias empresas.

Nesse contexto, Piore e Sabel (1984) avaliam que, com a perspectiva de uma atividade produtiva mais descentralizada, ampliam-se as oportunidades para essas últimas organizações, uma vez que elas se apresentam mais flexíveis se comparadas às grandes empresas e possuem a capacidade de proporcionar mais rapidamente respostas às contínuas mudanças ocorridas no mercado.

Na visão dos estudiosos, isso ocorre porque as pequenas e médias empresas instalam-se em regiões nas quais podem desenvolver uma diversidade de rela-

ções sociais baseadas na complementariedade, na interdependência produtiva e nas ações corporativas. Ademais, consideram que esses fatores possibilitam o desenvolvimento regional na medida em que se passa a buscar melhores perspectivas para o crescimento econômico, aprimoramento técnico, redução de custos e geração de emprego e renda. Nesse cenário, as pequenas e médias empresas ampliam suas chances de competir e obter vantagens no mercado regional/nacional, as quais só estavam ao alcance das grandes empresas.

Nesse modelo de desenvolvimento local, a inovação tecnológica tem papel fundamental e, segundo Schumpeter (1988), é determinante no processo de desenvolvimento econômico, assumindo os agentes locais (instituições públicas locais, associações empresariais, instituições de ensino e pesquisa e as empresas) um papel ativo na potencialização dos fatores determinantes da transformação local e sua competitividade.

Da mesma forma, Vasquez Barquero (1988) argumenta que a capacidade de a sociedade liderar e conduzir seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-a à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em uma área e ao seu potencial interno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno.

Nessas circunstâncias, podem-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. Na primeira, a econômica, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar da forma mais produtiva possível os fatores produtivos da região; na segunda, a sociocultural, os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

Amaral Filho (1996), posicionando-se a esse respeito, assevera que a teoria do desenvolvimento regional endógeno não busca, nesse enfoque, o fechamento ou o isolamento da região, nem mesmo o autocentrismo e a autossuficiência; Ao contrário, baseia-se na execução de políticas de fortalecimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas dentro da perspectiva de uma economia.

Um grande avanço da moderna teoria regional endógena é considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento local. Nesse sentido, Boisier (1997) assegura que a sociedade civil, compreendida nela as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica de uma região.

Essa percepção é confirmada por Godard et al. (1987), que dizem: “[...] uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de coope-

ração entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles , contato que o objetivo seja o desenvolvimento local.”

Assim, Vasquez Barquero (1988) defende que o desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância à sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social, conduz a região a um crescimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com sua base social e cultural.

## A importância das redes de relações para o desenvolvimento endógeno

Ao estudar os diversos aspectos que condicionaram as diferenças regionais encontradas entre o Norte e o Sul da Itália, Putman (1996) conclui que, “Na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico.”

E, a fim de exemplificar a importância das relações sociais para o desenvolvimento de uma região, o autor utiliza como exemplo a evolução de duas regiões italianas, Emila-romagna, ao norte, e Calábria, ao sul, cujas cidades possuíam os mesmos padrões de desenvolvimento no decorrer do primeiro século e, oito décadas após, passaram a apresentar diferenças acentuadas uma em relação à outra. Emila-Romagna destacava-se pela grande participação política e intensa solidariedade social, sendo considerada uma das mais prósperas regiões da Europa; e a Calábria, que ainda guardava características feudais, fragmentadas e isoladas, era a região mais atrasada da Itália.

Diante dessa realidade, o estudioso estabelece uma comparação entre o civismo e o desenvolvimento socioeconômico das duas regiões, durante as décadas de 1900 e de 1970, concluindo que suas tradições cívicas e a capacidade de organização social constituíram-se num instrumento poderoso e determinante das atuais disparidades relativamente àqueles aspectos: “[...] quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento sócio-econômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade muito melhor prognosticador do desenvolvimento sócio-econômico do que o próprio o desenvolvimento.” (p. 166).

Demonstrando a importância dessas relações, Fountain e Atkinson (1998) procuram evidenciar como o capital social e as práticas colaborativas impulsionam inovações, defendendo políticas públicas de estímulo ao engajamento

participativo em redes regionais de colaboração. Entre suas propostas, estão a concessão de incentivos fiscais para empresas empenhadas em práticas colaborativas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), além da formação de alianças entre indústrias e, da mesma forma, destas com universidades e entidades de governo e da sociedade civil.

Nesse sentido, Putman (1996), constata que as evidências históricas, de épocas tanto passadas quanto recentes, indicam que os fatores socioculturais têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais. Porém, salienta que qualquer interpretação baseada num único fator certamente será equivocada, pois as tradições cívicas, o capital social e as práticas colaborativas, por si só, não desencadeiam o progresso econômico, servindo, apenas, de base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura.

O autor destaca, ainda, que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente a ações de cunho ortodoxo, como linhas de crédito, incentivos fiscais ou investimentos na formação bruta de capital fixo. Deve, sim, procurar manter e ampliar o estoque de capital social na sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

Contudo, é necessário que essas comunidades formem, no decorrer do tempo, consciência participativa e colaborativa, tornando-se capazes de entender a importância do trabalho conjunto e do civismo, abertos a mudanças e preparados para criar e inovar.

[...] precisamos criar comunidades voltadas para o aprendizado e para o ensino que capacitem os estudantes a orientarem o próprio aprendizado em prol de maior rigor, coerência e complexibilidade; a aumentarem o comprometimento intelectual, social e emocional com os outros; e a favorecer abordagens dinâmicas e colaboradoras para o aprendizado que os possibilitem desenvolver métodos integrados e sérios de aquisição de conhecimentos. [...]. Para estudantes de todas as idades, devemos criar comunidades voltadas para o aprendizado, que possam dar força, tempo e voz à indignação e à criatividade deles. (MARSHALL, 1998, p. 202).

Mesmo assim, tem-se que o grande desafio proposto por essas novas estratégias políticas para o desenvolvimento regional são os vários entraves existentes na forma de articulação existente entre o Estado e a sociedade civil. Para Putman (1995), a fragilidade da solidariedade humana não se cons-

títui no único obstáculo às políticas de apoio à cooperação, evidenciando a crescente retração das práticas participativas, do engajamento cívico e do trabalho associativo no âmbito social.

No entanto, Bandeira (1999) vai mais longe ao discorrer sobre políticas participativas regionais no Brasil, dizendo que qualquer proposta de política pública que visar ampliação do capital social regional, através de práticas participativas, terá que manter por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política da proposta, sob pena de inviabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e da solidariedade na comunidade.

## O processo de aglomeração produtiva

Tratando-se do processo de aglomeração produtiva, Marshall (1982) foi quem inicialmente apontou suas vantagens em relação ao processo de concorrência, atribuindo às experiências analisadas o conceito de Distrito Industrial. Também, utiliza o conceito para caracterizar as concentrações de pequenas e médias empresas localizadas ao redor das grandes indústrias instaladas nos subúrbios das cidades inglesas.

A partir da pressuposição de retornos crescentes de escala, o pesquisador aponta que as firmas aglomeradas são capazes de apropriar-se de economias externas geradas pela aglomeração dos produtores, que não obteriam sucesso caso estivessem atuando isoladamente. E destaca que esses retornos emergem da condição de especialização dos agentes participantes do processo de divisão social do trabalho, apropriando-se, assim, das unidades envolvidas de ganhos de escala.

Dessa forma, abordando a questão da aglomeração, Carlos et al. (2005) dizem que as aglomerações produtivas encontram-se geralmente associadas a trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum, haja vista ser mais propício estas se desenvolverem em ambientes favoráveis à interação, à participação e à cooperação entre os agentes locais.

Assim, assegura Paiva (2006b), o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe em seu interior, partindo-se do ponto de vista de que o seu principal indicador de potencialidade seria a sua especialização atual.

Nessa perspectiva, Marshall (1982) indica três tipos básicos de economias externas oriundas da especialização dos agentes produtivos concentrados geo-

graficamente: o primeiro, que se liga à presença de economias externas locais, que é a possibilidade de transbordamento (*spill-overs*) de conhecimento e tecnologia; o segundo, a economia externa, que diz respeito à atração de fornecedores especializados em setores e segmentos da indústria e serviços ligados à atividade principal mantida no aglomerado produtivo, cujas empresas Porter (1990) chamou de correlatas ou de apoio; e o terceiro, que se refere à qualificação e ao treinamento de mão-de-obra, chamada por Marshall de aptidão hereditária.

## A atividade turística e sua importância para o desenvolvimento regional

Instituída no Brasil na década de 1960, a atividade turística fortaleceu-se como atividade econômica a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966, que em 1991 se tornou Instituto Brasileiro de Turismo, do Conselho Nacional de Turismo (COMTUR) e do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).

Configurando um quadro de desenvolvimento em franca ascensão, o turismo ganhou força e expandiu-se durante o “milagre econômico”, até meados da década de 1980, quando o interesse nacional pelo setor diminuiu devido à crise econômica, retornando como atividade marcante novamente na década de 1990, impulsionada pelo Plano Real, de 1996, através de incentivos públicos na área (CAMARGO; JÓIA, 2004).

Quanto ao desenvolvimento da atividade turística em Mato Grosso do Sul, sua realidade assemelha-se à nacional, tendo o município de Bonito/MS, localizado na região da Serra de Bodoquena, porção Sudoeste do Estado, se destacado como “modelo turístico” (CAMARGO; JÓIA, 2004).

Contudo, quanto à prática do turismo no município, Vargas (1998) pondera que, até a década de 70, os únicos atrativos visitados eram a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre, comumente frequentados sobretudo pelos moradores locais, pois eram pouco conhecidos por habitantes de outros lugares. O estudioso verifica, ainda, que somente na década de 1980 foi realizado o levantamento do potencial espeleológico da região, com estudo e mapeamento de cavernas, e foram apresentados projetos de infraestrutura para visitação das cavernas com potencial turístico, como as grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, que posteriormente foram tombadas como Patrimônio Natural, tendo sido seus terrenos adquiridos pelo governo estadual.

Em razão disso, no final da década de 1980, criou-se um novo mercado com destaque para os esportes ecológicos, o que provocou um discreto au-

mento de visitantes ao município em busca dessas modalidades esportivas e de atrativos como o Aquário Natural, as Cachoeiras do Mimoso e o Rio Sucuri.

A partir de então, proprietários de terras começaram a despertar para a possibilidade de aproveitamento do potencial de que dispunham, ou seja, vislumbraram a chance de consorciar as atividades agropecuárias, base da economia regional, com a atividade turística, através da exploração dos pontos naturais de atração existentes em suas propriedades (VARGAS, 1998).

Surgiram, então, na década de 90, no município de Bonito, as primeiras ações realmente voltadas para a organização do turismo, com a criação da Secretaria Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo e, no decorrer dos anos, com o estabelecimento de instituições representativas dos setores privados do *trade*, as quais, de forma conjunta, passaram a ordenar e regular o processo de desenvolvimento do turismo local, considerando a questão ambiental como a prioridade de suas ações (CAMARGO; JÓIA, 2004).

Diante dessa organização, surgiu o que Putman (1996) diz serem os elementos que servem de base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura: as tradições cívicas, o capital social e as práticas colaborativas, que por si só não desencadeiam o progresso econômico.

Assim, o município foi se adequando à nova atividade econômica. Na acepção de Vargas (1998), grande parte da infraestrutura turística de Bonito foi implantada a partir de 1993, quando o turismo tomou maior impulso. Em razão disso, Camargo e Jóia (2004) dizem que, atualmente, Bonito conta com mais de trinta atrativos turísticos e 27 agências de turismo, todas praticando os mesmos preços, sendo a qualidade no atendimento o diferencial entre elas. A rede hoteleira é composta por aproximadamente oitenta hotéis e pousadas dos mais diferentes níveis, além de restaurantes que oferecem desde refeições rápidas até pratos à base de peixe e carne, típicos da culinária regional.

A rodovia MS-382, que liga Guia Lopes da Laguna a Bonito, foi pavimentada por reivindicação do *trade* turístico, e o Aeroporto Internacional de Bonito, implantado em 2004 e que terá capacidade para receber aviões de linhas comerciais e de rota nacional, tornará o município de Bonito e região um roteiro do turismo nacional, fomentando a demanda local.

Em razão disso e visando atender a essas futuras demandas, a *trade* do turismo planeja construir um pórtico na entrada da cidade, equipado com serviços de informação e apoio ao turista, além de instituir a cobrança de

pedágios, para se ter acesso à cidade e, conseqüentemente, aos atrativos do município. Argumentam os autores que tais propostas se justificam quando se pensam em preservar e garantir as condições ambientais dos atrativos e do município como um todo.

Essa justificativa torna-se aceitável quando se vê que, anualmente, o município é visitado por aproximadamente setenta mil pessoas, o que é responsável pela geração de 56% dos empregos ofertados no município (Coordenação municipal de Turismo, 2004 apud CAMARGO; JÓIA, 2004).

Para Alho, Sabino e Andrade (2008), esse fluxo de turistas tem sido intensificado em Bonito em razão do maior movimento de recursos financeiros ali existentes. Ou seja, quanto maior essa visitaçã, maior a capacidade de a *trade* e o poder público local adequarem-se às novas exigências.

Como exemplo dessa adequaçã econômica, citamos a Fazenda São Geraldo, tradicional exploradora da pecuária bovina e da extraçã de calcário que aderiu à atividade turística, especialmente o ecoturismo. Conforme os pesquisadores, hoje, a economia mais representativa da fazenda provém do intenso movimento de turistas, que praticam flutuaçã no rio Sucuri, em razão do que quase 80% do aporte de recursos da propriedade advém do fluxo turístico, muito além do que rendia a atividade econômica principal dos últimos anos, baseada na pecuária bovina.

A tendênci de substituiçã da pecuária pelo turismo tem sido amplamente observada na regiã de Bonito, mas as ameaças ambientais, resultantes da expansã da ocupaçã de áreas verdes da paisagem, para a introduçã de pastagens destinadas à pecuária, têm tradicionalmente levado à modificaçã da paisagem natural e, por conseqüente, à perda de *habitats* e da biodiversidade, interferindo na qualidade cênica local. Entretanto, tais problemas são ruins para a prática do turismo, que depende de paisagens naturais e de seus aspectos cênicos, percebidos pelos ecoturistas como elementos importantes de suas buscas. Sem esses atributos, a atividade pode perder a capacidade de atrair turistas, e o município perde receitas.

Logo, Sabino e Andrade (2003) defendem ser necessária a conservaçã da paisagem natural e a biodiversidade do município, por meio do que estarão sendo garantidos os elementos cênicos que atraem turistas aos rios cristalinos, às cavernas com lagos de águas translúcidas, às dolinas e tudo o mais que, na atividade turística, são fontes de renda para o proprietário rural. Exemplos do resultado dessa percepçã é a criaçã de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) por parte dos proprietários de fazendas da regiã, que viram nesse feito a oportunidade de ganho financeiro, uma vez

que com essa iniciativa, preservam seus atrativos, que continuam servindo como fonte de atração de turistas e, conseqüentemente, fonte de recursos financeiros.

Além do mais, Alho et al. (2008) avaliam que o turismo em Bonito e região tem contribuído para a melhoria tanto da arrecadação municipal quanto do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os municípios da Serra da Bodoquena; Bonito, mesmo, saiu da 30ª posição para a 18ª no *ranking* estadual relativamente ao IDHM de 1991 e 2001.

Para os pesquisadores, a melhora do IDHM de Bonito coincide com o desenvolvimento e crescimento da atividade turística no município, através da geração de emprego e de renda, que permite a capacitação dos recursos humanos locais, fato este que pode ter contribuído para a elevação de tal índice.

Acerca dessa questão, os pesquisadores abrem um parêntese e destacam que o turismo pode ter contribuído para a elevação IDH de Bonito, frisando, entretanto, que o setor pode não ser visto como o principal responsável pelo fenômeno, pois a localidade vem sendo contemplada com políticas públicas que incluem outros setores da administração municipal - saúde e educação, por exemplo -, que, provavelmente, contribuíram com a melhoria do IDHM.

Dessa forma, pode-se concordar com Boisier (1996 apud DELLABRIDA, 2000, p. 27), que faz a seguinte afirmação sobre o desenvolvimento endógeno: “[...] um processo localizado e mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela.”

## Considerações finais

Em face do exposto, pode-se deduzir que os municípios da região da Serra da Bodoquena e, especialmente, o de Bonito-MS estão experimentando uma nova atividade econômica - o turismo -, em detrimento da tradicional pecuária bovina e da extração de minérios - como o calcário, por exemplo.

A prática turística tem ocupado espaço significativo no cenário político e econômico do município uma vez que suas propriedades, ou melhor, fazendas, foram contempladas com atrativos naturais e potenciais para atender a esse novo negócio.

Nesse contexto, investir em turismo tornou-se algo lucrativo, fato este comprovado pelos números relativos ao setor: representa 56% dos fluxos

geradores de emprego e renda; responde, conforme o IBGE (2007), como parte do setor terciário, na condição de serviço, com R\$ 67.788,00 do Produto Interno Bruto (PIB) do município (a pecuária entra com R\$ 37.463,00). Além disso, atrai investimentos e motiva a adoção de políticas públicas.

Em razão disso, o despertar para o turismo é perpassado pelo discurso conservacionista de seus defensores, pondo em xeque e ameaçando a prática da criação de gado bovino, que perdeu espaço e importância no cenário municipal. No entanto, a atividade turística passa a ser encarada como um problema quando se leva em conta a questão ambiental, cuja preservação é de extrema importância para a manutenção do segmento do turismo.

Logo, vê-se que essa questão é a personagem que delinea uma disputa por um espaço no cenário político e econômico do município, em que a sua destruição dá sustentabilidade e garante à pecuária atuar como atividade econômica, enquanto que a preservação do meio ambiente denota garantia de fluxos de turistas na região e município e, conseqüentemente, de recursos financeiros e investimentos tanto por parte do setor público como do privado.

Assim, de acordo com Boisier (2001), que conceitua vários tipos de desenvolvimento, pode-se dizer que o município de Bonito-MS é fruto do processo de globalização estimulado pela dialética global/local e que seu desenvolvimento está inscrito na racionalidade globalizante do mercado, no qual as capacidades locais estruturam-se e mobilizam-se para esse mercado.

Também se pode afirmar que o desenvolvimento endógeno é um processo no qual o território, no sentido amplo do termo, atua ativamente na formação de estratégias que influenciam sua dinâmica econômica e não apenas recebem de forma passiva as determinações das grandes empresas, interagindo entre os atores públicos e privados de maneira a criar as condições necessárias para o desenvolvimento. Juntamente com isso, considera-se que o papel dos atores locais e as formas de capital intangível têm importância relevante nessa realidade. Enfim, esse modo de se pensar o desenvolvimento local é um projeto coletivo que se articula dentro de um território.

Quanto à existência ou não do evento desenvolvimento endógeno ou local no município e na região, constatam-se situações que a comprovam através da consolidação da atividade turística como atividade econômica, pois através desta o município tem sido organizado, compondo associações e conselhos comunitários que envolvem tanto o ente público quanto o privado, todos unidos por um único objetivo: o desenvolvimento.

## Referências

- ALHO, C. J. R. et al. O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: o caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, XVII**. Disponível em: <<http://www.bonitobrazil.com.br/fotos/arquivos/42.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2008.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 26, n. 3, 2002.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília: IPEA, dez. 1996. n. 14.
- BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **O novo debate regional: posições em confronto. Geografia as regiões ganhadoras-distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Portugal: Editora Celta, 1994. cap. 1. p. 3-15.
- BOISIER, Sérgio. **Desarrollo: De que estamos hablando? Buenos Aires: Centro de estudios desarrollo y territorio**, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile: ILPES, 1997.
- CARLOS, et al. **A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial**. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005.
- CAMARGO, E. J.; JOIA, P. R. O gerenciamento do turismo em Bonito-MS. In: **SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL (SIMPAN) - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IV**, 23 a 26 nov. 2004, Corumbá/MS. Anais... Corumbá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Centro Pedagógico de Aquidauana (UFMS/CPAQ), 2004.
- DELLABRIDA, V. R. **O Desenvolvimento Regional: A necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000. 152 p. (Coleção Ciências Sociais).
- FOUNTAIN, J. E.; ATKINSON, R. D. **Inovation, socialcapital and the new economy**. Washington: Progressive Policy Institute, 1998.
- GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y fiferenciacion de espacios de desarrollo: un esquema de analisis para el desarrollo local. In: **ESTUDOS TERRITORIALES**. Madrid: 1987. n. 24.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades@*, 2007. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=500220&=2>>. Acesso em: nov. 2008.

- MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1.
- MARSHALL, S. P. Criando comunidades vigorosas centradas no aprendizado para o século XXI. In: HESSELBEIN, F. et al. **A organização do futuro**. Como preparar hoje as empresas de amanhã. São Paulo: Futura, 1998.
- PAIVA, C. A. N. **Desenvolvimento endógeno e potencialidades regionais**. Porto Alegre: FEE, 2006b. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: **PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA**, . Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- PELLIN, A; SCHEFFER, S. M. Projeto Miranda - Diagnóstico Ambiental do Rio Miranda no Município de Bonito. **SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL (SIMPAN) - SUSTENTABILIDADE REGIONAL**, IV., 23 a 26 nov. 2004, Corumbá/MS. Anais... Corumbá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Centro Pedagógico de Aquidauana (UFMS/CPAQ), 2004.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984. p. 281-308.
- POTER, M. **Vantagens competitivas das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- PUTMAN, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SABINO, J.; ANDRADE, L. P. de. **Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul**: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita- (Aquário Natural de Bonito), Biota Neotrópica, v.3, nº 2, 1-9, Bonito, MS , 2003.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- VARGAS, I. A. de. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito/MS**: elementos de análise para uma educação. Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.
- VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local**: uma estratégia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirámide, 1988.